

À Diretoria Executiva da COP30

À senhora Ana Toni

Assunto: Contribuições para o fortalecimento da agenda oceânica na COP30

A Coalizão COPMar – De Nice a Belém, composta por organizações da sociedade civil e representantes dos povos do mar, tem a honra de dirigir-se à Secretaria Executiva da COP30 com vistas a compartilhar reflexões e recomendações para o fortalecimento da dimensão oceânica no processo preparatório da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

No espírito construtivo de colaboração, registramos nossa convicção de que a COP30, a realizar-se em Belém, Pará, em novembro de 2025, oferece uma oportunidade histórica para avançar de maneira integrada nas agendas climática e oceânica, reconhecendo o papel central dos ecossistemas marinhos e costeiros na regulação do clima, na promoção da resiliência socioecológica e na redução das vulnerabilidades e da pobreza, com e por meio das pessoas que vivem, conservam e dependem destes territórios.

Integração do Oceano e Protagonismo dos Povos do Mar

Consideramos fundamental que a gestão sustentável do oceano e o protagonismo dos povos do mar estejam devidamente refletidos nas discussões climáticas. Acreditamos que a relação indissociável entre a saúde do oceano e a resiliência das comunidades costeiras constitui base essencial para soluções climáticas duradouras.

Nesse sentido, entendemos que pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades extrativistas costeiras e marinhas devem ser reconhecidos como **titulares de direitos** (*right holders*), com participação ativa na formulação de soluções e nos processos decisórios. Tal reconhecimento contribuirá para assegurar que os resultados da COP30 sejam efetivos, legítimos e socialmente justos, em vistas de atingir o mesmo reconhecimento que vem sendo firmado junto aos povos indígenas e os afrodescendentes.

Reforçamos a importância na perspectiva inovadora da abordagem na COP30, que os povos do mar sejam reconhecidos como participantes fundamentais nos círculos de construção desta Conferência, e que este modelo seja perpetuado na COP31, para garantia da sua participação a longo-prazo em uma discussão climática com justiça social.

Já para a COP30, apresenta-se a oportunidade de endossar e se comprometer com a implementação de medidas de apoio e defesa dessas comunidades, conforme indicam as <u>Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza</u>, estabelecidas no âmbito da FAO. Ainda, soma-se às Diretrizes, o <u>Apelo à Ação</u>, em que pescadores, pescadoras e trabalhadores da pesca de pequena escala de seis continentes pedem que seus governos ajam para garantir a proteção e restauração da pesca de pequena escala, de modo que continue contribuindo para a economia, a saúde, a cultura e o bem-estar.



Reforço da Agenda Oceânica na COP30

É digno de nota o protagonismo conferido às florestas tropicais no desenho da agenda de ação da COP30. Ao mesmo tempo, oportuno sublinhar que o oceano permanece menos representado, apesar de sua relevância estratégica cientificamente reconhecida. Manguezais, recifes de corais, gramíneas marinhas, o mar profundo e ecossistemas oceânicos em geral desempenham papel insubstituível na mitigação e adaptação às mudanças do clima, na proteção contra a elevação do nível do mar, na segurança alimentar e na geração de trabalho e renda. Seria desejável que tais ecossistemas fossem objeto de atenção e destaque equivalente, de modo a potencializar suas contribuições ao regime climático internacional na agenda de ação customizada de maneira inovadora pela Secretaria Executiva da COP30. Ainda, assegurar que as soluções a serem priorizadas consideram as características de escala, dos modos de vida e identidade das comunidades locais e sua capacidade de participação nas decisões e implementação de ações.

Compromissos Nacionais – Brasil para a COP30

No âmbito doméstico, entendemos que o Brasil reúne condições singulares para exercer liderança construtiva na integração da agenda oceânica à agenda climática.

- Planejamento Espacial Marinho (PEM): para que o país considere tal instrumento como solução e compromisso climático, é imprescindível que o processo em curso incorpore metodologias que considerem projeções de mudanças climáticas para subsidiar o planejamento sistemático do território marinho, de modo a garantir resiliência de longo prazo. Seria igualmente relevante ampliar a consulta e a colaboração dos povos tradicionais costeiros e marinhos, assegurar a devida transparência na gestão e incluir a sociedade civil no GT Interinstitucional de Apoio ao Planejamento Espacial Marinho (GTPEM).
- Áreas Marinhas Protegidas, Territórios e Maretórios dos Povos do Mar como soluções climáticas: reiteramos nosso entendimento de que essas áreas constituem instrumentos de elevada relevância climática. Nesse sentido, consideramos auspicioso que o Brasil possa avançar na criação de novas unidades de conservação marinhas, incluindo a Resex do Rio Formoso (Pernambuco), a Resex de Itacaré (Bahia), as Resex do Amapá e os Bancos Marinhos Oceânicos de Noronha, a fim de garantir o atingimento do compromisso da agenda 30x30 do Marco Global da Biodiversidade, bem como, a proteção dos povos do mar.

Tais medidas reforçariam a liderança brasileira e projetariam ao mundo o compromisso do país com soluções climáticas de base oceânica.

Compromissos para um Legado Concreto

Entendemos que a COP30 poderá legar ao regime climático internacional um compromisso público em defesa da pesca artesanal e dos povos tradicionais costeiros e marinhos. Tal compromisso contribuiria para afirmar que uma transição climática justa exige a integração plena das comunidades que vivem do e com o mar.



Nessa perspectiva, reputamos relevante que a transição energética no espaço marinho se paute pelos princípios de justiça climática e socioambiental e respeito aos limites ecológicos, evitando que a mera expansão da exploração energética comprometa a integridade dos ecossistemas e dos direitos das comunidades. Com isso, é relevante destacar que a transição energética justa só é possível se não incorrer em impactos irreversíveis aos ecossistemas marinhos vulneráveis ao clima e à cultura, modos de vida e território dos povos do mar.

Caminho para Belém e Além

Estamos convictos de que a COP30 representa uma oportunidade singular de inaugurar uma nova perspectiva sobre o oceano no regime climático internacional. O processo que se inicia em Belém poderá e deverá projetar-se até a COP31, consolidando um legado de maior representatividade, legitimidade e efetividade para a integração entre clima, oceano e justiça social.

Colocamo-nos à inteira disposição para continuar a colaborar, no espírito de diálogo construtivo, com dados, experiências e propostas que possam enriquecer o processo.

Respeitosamente,

Coalizão COPMar de Nice a Belém

Lista das organizações e movimentos signatários:

Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano - PainelMar Projeto Ilhas do Rio Instituto Linha D'Água Conservação Internacional Brasil WWF Brasil Liga das Mulheres pelo Oceano Rare Brasil Greenpeace Brasil Voz dos Oceanos Instituto Arayara

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - CONFREM Brasil



To the Office of the CEO of COP 30 To Ms. Ana Toni

Subject: Contributions for Strengthening the Ocean Agenda at COP30

The COPMar Coalition – From Nice to Belém, comprised of civil society organizations and representatives of the peoples of the sea, has the honor of addressing the Office of the CEO of COP30 to share reflections and recommendations for strengthening the ocean agenda in the preparatory process of the 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP30).

In a constructive spirit of collaboration, we affirm our conviction that COP30, to be held in Belém, Pará, in November 2025, offers a historic opportunity to advance the climate and ocean agendas in an integrated manner. This recognizes the central role of marine and coastal ecosystems in climate regulation, promoting socio-ecological resilience, and reducing vulnerabilities and poverty, with and through the people who live in, conserve, and depend on these territories.

Integration of the Ocean and Leadership of the Peoples of the Sea

We consider it essential that the sustainable management of the ocean and the leadership of the peoples of the sea are adequately reflected in climate discussions. We believe that the inseparable relationship between ocean health and the resilience of coastal communities constitutes an essential basis for lasting climate solutions.

In this sense, we understand that small-scale fisherfolks, shellfish gatherers, indigenous peoples, quilombola communities, and other coastal and marine extractive communities should be recognized as right holders, with active participation in formulating solutions and decision-making processes. Such recognition will help ensure that the outcomes of COP30 are effective, legitimate, and socially just, aiming to achieve the same recognition that has been established for indigenous peoples and people of African descent.

We reinforce the importance of the innovative perspective for the COP30 approach: that the peoples of the sea be recognized as fundamental participants in the construction circles of this Conference, and that this model be perpetuated into COP31, to guarantee their long-term participation in climate discussions with social justice.

For COP30 itself, there is an opportunity to endorse and commit to implementing measures to support and defend these communities, as indicated by the **Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication**, established within the FAO. Additionally, complementing the Guidelines, there is the **Call to Action**, where small-scale fishers, fish workers, and their organizations from six continents are calling on their governments to act to ensure the



protection and restoration of small-scale fisheries, so they may continue contributing to the economy, health, culture, and well-being.

Strengthening the Ocean Agenda at COP30

The prominence given to tropical forests in the design of the COP30 action agenda is noteworthy. At the same time, it is timely to emphasize that the ocean remains underrepresented, despite its scientifically recognized strategic relevance. Mangroves, coral reefs, seagrasses, the deep sea, and ocean ecosystems in general play an irreplaceable role in climate change mitigation and adaptation, protection against sea-level rise, food security, and the generation of work and income. It would be desirable for such ecosystems to receive equivalent attention and prominence, in order to enhance their contributions to the international climate regime within the action agenda, customized in an innovative manner by the Office of the CEO. Furthermore, it is crucial to ensure that the solutions to be prioritized consider the scale, livelihoods, and identity of local communities and their capacity to participate in decisions and the implementation of actions.

National Commitments - Brazil for COP30

At the domestic level, we understand that Brazil has unique conditions to exercise constructive leadership in integrating the ocean agenda into the climate agenda.

- Marine Spatial Planning (MSP): For the country to consider this instrument as a climate solution and commitment, it is essential that the ongoing process incorporates methodologies that consider climate change projections to support the systematic planning of the marine territory, ensuring long-term resilience. It would also be relevant to broaden consultation and collaboration with traditional coastal and marine peoples, ensure proper transparency in management, and include civil society in the Interinstitutional Support Group for Marine Spatial Planning (GTPEM).
- Marine Protected Areas, Territories, and Maretórios of the Peoples of the Sea as climate solutions: We reiterate our understanding that these areas constitute instruments of high climate relevance. In this sense, we consider it auspicious that Brazil could advance in creating new marine conservation units, including the Rio Formoso Extractive Reserve (Pernambuco), the Itacaré Extractive Reserve (Bahia), the Extractive Reserves of Amapá, and the Oceanic Marine Banks of Fernando de Noronha, to ensure the achievement of the 30x30 commitment of the Global Biodiversity Framework, as well as the protection of the peoples of the sea.

Such measures would reinforce Brazilian leadership and project to the world the country's commitment to ocean-based climate solutions.

Commitments for a Concrete Legacy



We understand that COP30 could bequeath to the international climate regime a public commitment in defense of small-scale fisheries and traditional coastal and marine peoples. Such a commitment would help affirm that a just climate transition requires the full integration of communities who live from and with the sea.

From this perspective, we deem it relevant that the energy transition in the marine space be guided by the principles of climate and socio-environmental justice and respect for ecological limits, preventing the mere expansion of energy exploitation from compromising ecosystem integrity and community rights. Therefore, it is important to emphasize that a just energy transition is only possible if it does not incur irreversible impacts on marine ecosystems vulnerable to climate change, and on the culture, livelihoods, and territories of the peoples of the sea.

The Path to Belém and Beyond

We are convinced that COP30 represents a unique opportunity to inaugurate a new perspective on the ocean within the international climate regime. The process beginning in Belém can and should project itself towards COP31, consolidating a legacy of greater representativeness, legitimacy, and effectiveness for the integration of climate, ocean, and social justice.

We remain entirely at your disposal to continue collaborating, in a spirit of constructive dialogue, with data, experiences, and proposals that can enrich the process.

Respectfully,

COPMar Coalition From Nice to Belém

List of signatory organizations and movements:
Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano - PainelMar
Projeto Ilhas do Rio
Instituto Linha D'Água
Conservação Internacional Brasil
WWF Brasil
Liga das Mulheres pelo Oceano
Rare Brasil
Greenpeace Brasil
Voz dos Oceanos
Instituto Arayara
Comissão Nacional de Fortalecimento das Peservas E

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - CONFREM Brasil

